

DIREITO CONSTITUCIONAL

01 – De acordo com o Art. 23 da CF/88, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- a) promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- b) proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;
- c) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- d) impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- e) todas as respostas anteriores.

02 – Sobre a organização dos Estados, é verdadeiro afirmar:

- a) As competências que não sejam vedadas pela Constituição, são reservadas aos Estados;
- b) Os Estados poderão instituir regiões metropolitanas, desde que através de lei ordinária;
- c) Os Estados estão impedidos de explorar serviços de gás canalizado;
- d) A Constituição Estadual de cada Estado poderá dispor sobre o tema, livremente;
- e) todas as respostas anteriores.

03 – No que atine à competência concorrente para legislar, é incorreto dizer que:

- a) direito civil é matéria privativa da União;
- b) serviço postal é matéria privativa dos Estados membros;
- c) assuntos de interesse local devem compete aos Municípios;
- d) direito do trabalho é matéria privativa da União;
- e) nenhuma das anteriores.

04 – Incluem-se entre os bens dos Estados:

- a) o mar territorial;
- b) os terrenos de marinha e seus acrescidos;
- c) os potenciais de energia hidráulica;
- d) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios;
- e) - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.

05 – De acordo com o art. 38 da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) o servidor público da administração direta, no exercício de mandato eletivo, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital;
- b) o servidor público da administração autárquica, no exercício de mandato eletivo, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, caso seja investido no mandato de Prefeito, sendo facultado a opção pela sua remuneração;
- c) o servidor público da administração fundacional, no exercício de mandato eletivo, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, caso seja investido no mandato de Vereador;
- d) todos os itens anteriores são verdadeiros;
- e) todos os itens anteriores são falsos;

06 – Sobre o Conselho Nacional do Ministério Público, podemos afirmar:

- a) É um órgão jurisdicional, criado pela Emenda Constitucional nº 45/2004, sediado em Brasília, com a finalidade precípua de controlar os membros do Ministério Público, em sua atividade-fim;
- b) É parte integrante do Poder Executivo, motivo pelo qual seus membros são nomeados pelo Presidente da República;
- c) É presidido pelo Procurador-Geral da República e composto por 15 (quinze membros), de todos os ramos do Ministério Público;
- d) Dois de seus membros são advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- e) nenhuma das anteriores.

DIREITO ADMINISTRATIVO

07 - Entende-se que a Administração Pública deve anular os atos eivados de vícios que os tornam ilegais. Em regra, contudo, deve respeitar as relações jurídicas estabilizadas pelo tempo. Tal assertiva é uma decorrência da interface entre os princípios:

- a) da legalidade e segurança jurídica;
- b) da legalidade e razoabilidade;
- c) da finalidade e impessoalidade;
- d) da motivação e irretroatividade;

e) da legalidade e eficiência.

08 - Assinale a proposição correta:

- a) Tomemos como exemplo a situação do professor que, após aposentadoria, participou de concurso público e assumiu cargo técnico em dezembro de 1997. Passou a acumular proventos de aposentadoria com remuneração do novo cargo ocupado. Pela disciplina da EC n.º 20/1998, este servidor não poderá acumular as duas aposentadorias, caso pretenda se aposentar no novo cargo.
- b) Na situação em que o professor aposentado reingressou no serviço público mediante concurso em dezembro de 1997 para ocupar um cargo técnico, admite-se a excepcional acumulação entre proventos de aposentadoria e remuneração de atividade do novo cargo nos termos da EC n.º 20/1998, mas não se admitirá a acumulação de pensões em favor de eventuais dependentes.
- c) As atribuições de um cargo criado por lei poderão ser modificadas por decreto, desde que não haja aumento de despesa.
- d) A respeito do tema das acumulações de cargos, empregos e funções, violaria a CF/1988 norma administrativa infralegal que limitasse a acumulação lícita de cargos ao cumprimento de uma jornada de trabalho semanal máxima em cada cargo.
- e) As vedações existentes à acumulação remunerada de cargos, empregos e funções pela CF/1988 não se estendem à aposentadoria.

09 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No ordenamento jurídico brasileiro prevalece a teoria da responsabilidade civil objetiva do Estado, que dispensa o nexo de causalidade entre a ação/omissão do preposto e o dano causado.
- b) A responsabilidade civil objetiva do Estado não afasta a responsabilidade subjetiva do servidor.
- c) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos impede que um servidor exerça um cargo técnico na Administração Direta e outro emprego público técnico em uma empresa do tipo sociedade de economia mista.
- d) A aquisição da estabilidade pelo servidor público se dá após três anos de efetivo exercício do cargo e avaliação especial de desempenho.
- e) Contratam-se obras, serviços, compras e alienações na administração pública, em regra,

mediante licitação pública, autorizando-se, em casos excepcionais, a contratação direta.

10 - Sobre a responsabilidade extracontratual do Estado, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) A responsabilidade civil do Estado inclui a possibilidade de reparação por dano exclusivamente moral.
- c) Para fixação da indenização contra o Estado poderá ser levado em consideração se a vítima agiu com culpa para a ocorrência do dano.
- d) É objetiva a responsabilidade civil que envolve danos ocasionados pelo Estado por omissão.
- e) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos causados a seus usuários e não usuários.

11 - Em relação aos bens públicos e à intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a alternativa correta.

- a) A cessão de uso é a transferência onerosa da posse de um bem público de uma entidade ou órgão da administração pública para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado.
- b) A permissão de uso é ato negocial, bilateral, discricionário, outorgado principalmente no interesse particular e não pode ser revogado ou modificado antes do término do prazo previsto.
- c) São bens da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, incluindo-se nesta definição as terras de aldeamentos extintos, ocupadas por indígenas em passado remoto.
- d) A requisição é modalidade de intervenção estatal através da qual o Estado utiliza bens móveis, imóveis e serviços particulares em situação de perigo público iminente, assegurado ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- e) A servidão administrativa autoriza uma restrição sobre um imóvel para favorecer um interesse público genérico e abstrato, como a

proteção ao meio ambiente, o patrimônio histórico, cultural, artístico e a estética.

12 - No que se refere às modalidades de licitação e aos contratos administrativos, assinale a opção correta.

- a) O Leilão é a modalidade de licitação destinada exclusivamente à venda de bens móveis inservíveis.
- b) Na Tomada de Preços exige-se que os participantes sejam previamente cadastrados ou atendam as exigências para cadastramento até o terceiro dia anterior à data para recebimento das propostas.
- c) É nulo de pleno direito o contrato administrativo que não seja formalizado por instrumento escrito.
- d) As empresas públicas e sociedades de economia mistas não se sujeitam ao regime das licitações públicas.
- e) A duração dos contratos fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, razão pela qual a lei não lhes admite a prorrogação.

DIREITO CIVIL

13 - Analise as assertivas abaixo sobre capacidade civil, e marque a incorreta:

- a) São absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade;
- b) São relativamente incapazes os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;
- c) São relativamente incapazes os ébrios habituais e os viciados em tóxico;
- d) São absolutamente incapazes os menores de dezesseis anos;
- e) A capacidade dos índios será regulada pelo Código Civil.

14 - Sobre o domicílio, de acordo com o Código Civil, é INCORRETO afirmar:

- a) O marítimo tem por domicílio, em regra, o local onde o navio estiver aportado;
- b) A pessoa jurídica de direito privado, possuindo diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados;
- c) O Agente Diplomático do Brasil que, citado

no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve;

d) Se a administração de pessoa jurídica de direito privado tiver sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento situado no Brasil, a que ela corresponder;

e) O domicílio dos Estados são as respectivas capitais.

15 - De acordo com o Código Civil, invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados as condições:

- a) ilícitas, mas não as de fazer coisa ilícita, porque, neste caso, apenas a condição é inválida e não os negócios;
- b) física ou juridicamente impossíveis, quando resolutivas;
- c) incompreensíveis ou contraditórias;
- d) impossíveis e as de não fazer coisa impossível, quando resolutivas;
- e) suspensivas quando juridicamente impossíveis, mas não as que forem apenas fisicamente impossíveis.

16 - Na origem da ideia de culpa, elemento fundamental da responsabilidade civil subjetiva, encontra-se a(o):

- a) noção de infração à obrigação preexistente de que a lei ordena a reparação, havendo dano;
- b) noção de causa suficiente para provocar dano, o que resultará em indenização;
- c) regra que determina que só é condição apta a ensejar a responsabilidade civil aquela apta a produzir o dano;
- d) conceito de patrimônio jurídico como unidade de valor que deve ser protegido de qualquer lesão;
- e) princípio da dignidade da pessoa humana, que será invariavelmente atingido.

17 - Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis:

- a) por determinação da lei e por vontade das partes;
- b) por vontade das partes, que não poderão acordá-la por prazo maior de cinco anos, insuscetível de prorrogação ulterior.
- c) apenas por disposição expressa de lei;
- d) por disposição expressa de lei ou pela vontade das partes, desde que, neste caso, o prazo de obrigatoriedade da indivisão não ultrapasse dez anos;
- e) apenas pela vontade das partes.

18 - No que se refere a estipulação em favor de terceiro, considere as afirmativas abaixo.

I - Na estipulação em favor de terceiro, este, sendo determinado ou não, é afetado pelas disposições contratuais, mesmo sem delas participar.

II - Os direitos e deveres consignados em contrato, em qualquer caso, somente afetam os próprios contraentes que, livremente, o pactuaram.

III - O princípio da relatividade dos efeitos do contrato é regra de caráter absoluto, uma vez que protege a segurança jurídica de terceiros.

IV - Na doação a menor, mesmo sem o consentimento de seu representante legal, a regra da relatividade dos efeitos do contrato é excepcionada.

V - O contrato de seguro com cláusula de cobertura de “danos a terceiros” só admite a discussão dessa cobertura entre seguradora e segurado.

São corretas APENAS as afirmativas

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e V.
- e) IV e V.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

19 - Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o sistema da unidade processual, não adotado no Brasil, um processo rege-se integralmente pela lei vigente ao tempo de sua formação, ou, em outros termos, nenhum ato ou fase de um processo já em curso é atingido pela lei nova.
- b) Jurisdição civil, no sentido mais amplo que o

termo pode assumir, contrapõe-se à jurisdição penal, mas não engloba as causas trabalhistas.

c) A inevitabilidade da jurisdição decorre do seu caráter negocial, ou seja, a sujeição das partes à decisão oriunda do Estado-juiz decorre do fato de elas aderirem voluntariamente a essa decisão.

d) O processo começa e se desenvolve apenas por iniciativa da parte.

e) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, porém não no curso do processo judicial.

20 - Assinale a alternativa errada:

a) A competência relativa pode ser modificada pela conexão.

b) A competência funcional é de natureza absoluta.

c) As Constituições dos Estados-membros não traçam normas sobre competência jurisdicional.

d) Quando um juiz trabalhista se diz incompetente para julgar dada causa, remetendo-a a um juiz estadual, que também se alega incompetente, está-se diante de um conflito negativo de competência.

e) A incompetência relativa deve ser suscitada como preliminar da contestação.

21 - Assinale a alternativa correta:

a) Impedimento e suspeição são fenômenos idênticos, que afetam a imparcialidade do juiz, e possuem o mesmo efeito jurídico.

b) Os prazos processuais civis, estabelecidos pela lei ou pelo juiz, são contínuos, não se interrompendo nos feriados.

c) Os atos e os termos processuais dependem de forma determinada, independentemente de previsão legal, considerando-se inválidos os que são realizados independente dessa forma.

d) Os pronunciamentos dos juízes consistem em sentenças.

e) Os membros da advocacia pública estadual gozam da prerrogativa de intimação pessoal.

22 - Assinale a alternativa errada:

a) A tutela provisória de evidência é uma modalidade de tutela jurisdicional que será concedida independentemente de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

b) A tutela provisória de urgência de caráter

antecipatório, requerida de modo antecedente, pode vir a se estabilizar.

c) Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, a propositura da ação só constitui em mora o réu depois que for validamente citado.

d) A extinção do processo dar-se-á por decisão interlocutória.

e) A petição inicial indicará o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.

23 - Assinale a alternativa correta:

a) No Brasil, vige o sistema da rígida tipicidade legal dos meios de prova.

b) O princípio da imparcialidade veda a possibilidade de uma postura mais ativa do juiz no campo probatório.

c) Na fundamentação da decisão judicial, o juiz não está obrigado a enfrentar os argumentos levantados pelas partes, independentemente de sua capacidade para infirmar a conclusão adotada pelo julgador.

d) A autoridade da coisa julgada atinge a todos, participantes ou não do processo, indistintamente.

e) A Fazenda Pública está sujeita a um regime especial de execução de obrigação de pagar quantia certa, fundado na Constituição, no qual não há previsão de realização de penhora.

24 - Assinale a alternativa errada:

a) Quando positivo o juízo de admissibilidade de um recurso, diz-se que o mesmo foi conhecido.

b) Recursos e ações autônomas de impugnação são figuras distintas, havendo o prolongamento de uma relação processual já constituída naqueles, enquanto nestas há a instauração de uma nova relação processual.

c) A microempresa e a empresa de pequeno porte podem ser autoras de ação popular.

d) Não é cabível mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado.

e) O Estado-membro pode ser autor de ação civil pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO

25 - Assinale a opção correta acerca de exclusão de crédito tributário, competência tributária, imunidade tributária e fontes do direito tributário.

a) A CF atribui à União a denominada competência residual ou remanescente para a instituição de impostos e contribuições sociais

relativas à seguridade social.

b) De acordo com a CF, em nenhuma hipótese a União poderá conceder isenção de tributos estaduais e municipais.

c) Tratados internacionais ratificados pelo Brasil não constituem meio hábil para a instituição de isenções relativas a tributos estaduais e municipais, conforme a jurisprudência.

d) A CF concede imunidade em relação ao ICMS apenas às operações que destinem ao exterior produtos industrializados.

e) A capacidade tributária ativa, que consiste no fato de uma pessoa política poder figurar no polo ativo de uma relação jurídico-tributária, é indelegável.

26 - Acerca da competência legislativa sobre normas gerais de direito tributário, assinale a opção correta.

a) A competência dos estados, ainda que suplementar, é excluída com o exercício, pela União, da competência para legislar sobre normas gerais de direito tributário.

b) Os municípios não dispõem de competência para instituir normas gerais de direito tributário.

c) Em nenhuma hipótese os estados e o DF exercerão competência legislativa plena.

d) No âmbito dos estados e do DF, prevalecem as respectivas leis sobre as leis federais.

e) Pertencem à competência concorrente todas as pessoas políticas.

27 - Assinale a opção correta acerca do Sistema Tributário Nacional.

a) Compete aos estados a instituição de imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física.

b) O produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, pertence à União, mesmo que recaia sobre rendimentos pagos pelos estados.

c) Os municípios e o DF poderão instituir taxa, na forma das respectivas leis, para custeio do serviço de iluminação pública.

d) O município pode atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual não superior ao índice oficial de correção monetária.

e) O aumento da alíquota do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza deve obedecer aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal.

28 - Pode ser objeto de delegação

- a) a capacidade tributária ativa.
- b) o poder tributário.
- c) a competência tributária.
- d) a soberania tributária.
- e) a autonomia tributária.

29 - A União poderá instituir impostos não previstos na CF, desde que eles não sejam cumulativos nem tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos nela discriminados, mediante

- a) medida provisória.
- b) lei delegada.
- c) lei ordinária.
- d) lei complementar.
- e) emenda constitucional

30 - O sistema tributário brasileiro compreende tributos de diversas espécies. Em regra, quando uma pessoa jurídica de natureza industrial vende produto a empresa comercial, sobre essa operação incidem

- a) taxas e impostos.
- b) apenas contribuições sociais.
- c) taxas e contribuições sociais.
- d) impostos e contribuições sociais.
- e) apenas taxas.